

FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

JEDSON LUCAS MOURA DE SOUZA
LUA GURGEL DA SILVA

PANE NO CISTEMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CORPOS
TRANS E AS FRONTEIRAS DE EXCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

MOSSORÓ
2025

**JEDSON LUCAS MOURA DE SOUZA
LUA GURGEL DA SILVA**

**PANE NO CISTEMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CORPOS
TRANS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Artigo científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Isis Aríscia de A. Martins.

MOSSORÓ
2025

Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN. Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

S729p Souza, Jedson Lucas Moura de.

Pane no Cistema: uma revisão de literatura sobre corpos trans e as fronteiras da exclusão no ensino superior / Jedson Lucas Moura de Souza; Lua Gurgel da Silva. – Mossoró, 2025.
20f.: il.

Orientadora: Profa. Esp. Isis Aríscia de Araújo Martins.

Artigo científico (Graduação em Psicologia) – Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró.

1. Ensino superior. 2. Cisnormatividade. 3. Exclusão acadêmica. 4. Identidades trans. 5. LGBTQIAPN+. I. Silva, Lua Gurgel da. II. Título.

CDU 159.9

**JEDSON LUCAS MOURA DE SOUZA
LUA GURGEL DA SILVA**

**PANE NO CISTEMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CORPOS
TRANS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Esp. Isis Aríscia de A. Martins – Orientadora
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Prof^ª Ma. Paula Rolim Pinto de Sousa – Avaliadora
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Prof^ª. Esp. Vitória Evelyn Rodrigues Andrade – Avaliadora
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

PANE NO CISTEMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE CORPOS TRANS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

SYSTEM FAILURE: A LITERATURE REVIEW ON TRANS BODIES AND BOUNDARIES OF EXCLUSION IN HIGHER EDUCATION

JEDSON LUCAS MOURA DE SOUZA

LUA GURGEL DA SILVA

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma revisão da literatura acerca dos atravessamentos da cisheteronormatividade no ensino superior, com foco nas experiências de pessoas trans e dissidentes de gênero. Tem como objetivo discutir a partir de uma revisão de literatura como o sistema educacional, estruturado sobre normatividades de gênero e sexualidade, produz exclusão e silenciamento de corpos que desafiam a lógica binária. Por meio de uma análise crítica de produções acadêmicas, objetiva-se especificamente mapear as lacunas institucionais, os dispositivos de exclusão simbólica e material, e os modos como resistências são articuladas dentro e fora da universidade. Para tal, articulamos suas discussões em interlocução com pensadores como Judith Butler, Michel Foucault e Paul B. Preciado, traçando uma costura da realidade brasileira, com as escritas de Berenice Bento, Guacira Lopes Louro e Viviane Vergueiro, nos artigos com conceitos como performatividade, poder disciplinar e interseccionalidade para tensionar as fronteiras entre inclusão e assimilação, visibilidade e apagamento, presença e ausência. Ao final, a pesquisa levanta reflexões sobre a necessidade de políticas efetivas e afetivas que reconheçam e acolham a pluralidade das existências dissidentes no espaço acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior, cisnormatividade, exclusão acadêmica, identidades trans e LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

This study seeks to conduct a literature review on the intersections of cisheteronormativity within higher education, focusing on the experiences of trans and gender-dissident individuals. Its main objective is to discuss, through a critical review of academic literature, how the educational system — structured upon gender and sexuality normativities — produces the exclusion and silencing of bodies that challenge the binary logic. Through a critical analysis of scholarly works, it specifically aims to map institutional gaps, mechanisms of symbolic and material exclusion, and the ways in which forms of resistance are articulated both within and beyond the university. To this end, the discussion is developed in dialogue with theorists such

as Judith Butler, Michel Foucault, and Paul B. Preciado, interwoven with reflections from Brazilian authors including Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, and Viviane Vergueiro. Concepts such as performativity, disciplinary power, and intersectionality are mobilized to interrogate the boundaries between inclusion and assimilation, visibility and erasure, presence and absence. Ultimately, the research offers reflections on the need for effective and affective policies that recognize and embrace the plurality of dissident existences within academic spaces.

KEYWORDS: Higher education; cisnormativity; academic exclusion; trans and LGBTQIAPN+ identities.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de pessoas trans, travestis e não binárias no Brasil tem sido, historicamente, atravessada por um emaranhado de exclusões, estigmas e violências. Essa realidade, no entanto, contrasta com as conquistas progressivas obtidas nas últimas décadas, revelando a persistência da marginalização mesmo diante de avanços políticos e sociais.¹

Veras¹ já apontava, ainda nos anos 1980, o profundo estigma social e os estereótipos negativos associados às pessoas trans — especialmente às travestis — na representação hegemônica. Quatro décadas depois, a violência se intensifica: o Brasil permanece como o país que mais assassina pessoas trans no mundo, com uma expectativa de vida média de apenas 35 anos para mulheres trans.²

Nesse cenário de extrema vulnerabilidade, mas também de resistência, o conceito de dissidência emerge como uma lente analítica fundamental. Corpos dissidentes são aqueles que, por sua simples existência e pelas práticas que encarnam, desafiam as tecnologias normativas do sistema (o termo é uma criação política e linguística muito potente dentro dos debates transfeministas e queer, especialmente no contexto latino-americano e brasileiro) e o regime farmacopornográfico³ — chamamos de regime farmacopornográfico o conjunto de técnicas de controle que, desde meados do século XX, utilizam substâncias químicas, hormônios, imagens e tecnologias audiovisuais para gerir a vida, a sexualidade e a subjetividade.

Essa perspectiva dialoga com os estudos de Prazeres Díaz-Benítez e Figari,⁴ que destacam as práticas eróticas e corporais transgressoras como espaços de subversão e reinvenção. Tais práticas escapam ao controle da norma, evidenciando formas plurais de subjetivação e prazer. Esses autores também observam a relação entre o erotismo e o mercado

de consumo, ressaltando o papel central da internet na difusão de convenções e na mediação simbólica das experiências íntimas — ampliando as possibilidades de aprendizado, expressão e interação entre corpos e desejos.

Os corpos que recusam a lógica hegemônica e passam a traçar linhas de fuga e gestos de resistência diante da violência e da abjeção.⁵ Sua simples presença já constitui aqui o que chamaremos de uma “pane no sistema”: um curto-circuito simbólico que expõe as fissuras da cisheteronormatividade e desvela o caráter artificial das normas que insistem em ditar o que pode ou não ser corpo, desejo e vida.

Compreender esse sistema implica recorrer à reflexão de Vergueiro⁶ sobre a cisgeneridade, entendida não como um estado natural, mas como um regime político e epistêmico que sustenta historicamente exclusões e violências. Assim, pensar a dissidência vai além da denúncia das opressões: é um gesto de desestabilização epistemológica que propõe uma abertura radical nas formas de perceber, experienciar e compreender o mundo social.

A universidade, conforme Guacira Lopes Louro⁷ destaca, não é um espaço neutro, mas um território de disputa física-simbólica onde a normatividade de gênero é reproduzida e, simultaneamente, desestabilizada pela presença de corpos dissidentes. É imperativo considerar o ensino superior como uma instituição que, historicamente, tem reproduzido e reforçado lógicas normativas.

Conforme Foucault,⁸ as instituições educacionais são atravessadas por mecanismos disciplinares que configuram práticas de exclusão e normatização, determinando quais subjetividades são inteligíveis e legítimas dentro do espaço acadêmico; uma estrutura institucional hierárquica que regula a circulação de saberes e corpos. Então a inserção de corpos trans no ensino superior não é apenas um processo de entrada, mas sim de desestabilização constante dessa regulação da expressividade.

Refletir sobre o controle da vida implica reconhecer, simultaneamente, a existência do controle da morte. E a partir disso, Achille Mbembe⁹ propõe o conceito de necropolítica, que dialoga com a noção de biopoder desenvolvida por Michel Foucault. Porém, enquanto o biopoder⁸ refere-se às estratégias de gestão da vida e de seus processos, Mbembe⁹ desloca o foco para a administração da morte e para as formas de violência legitimadas pelo poder.

Assim, a necropolítica designa a capacidade dos Estados e instituições de definir quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser descartadas, produzindo verdadeiras políticas

de morte. Tal perspectiva evidencia como grupos historicamente marginalizados — em especial populações racializadas, pobres e dissidentes — permanecem sob regimes de subjugação que não apenas controlam, mas autorizam a sua destruição.⁹

As ferramentas de controle empregadas por essas instituições manifestam-se, sobretudo, por meio da cisnormatividade e do pensamento neoliberal. O neoliberalismo, descrito por Wendy Brown¹⁰ como uma “forma peculiar de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos” (p. 17), contribui para a invisibilização e a precarização das existências que não se ajustam às lógicas de produtividade, conformidade e tolerância performativa.

De modo análogo, a cisnormatividade¹¹ pode ser compreendida como o regime de saber-poder que naturaliza a cisgeneridade como norma universal, instituindo a crença de que os corpos cujas identidades de gênero coincidem com o sexo designado ao nascer são os únicos legítimos e inteligíveis. Esse regime atua como uma tecnologia de controle que organiza instituições, discursos e práticas, estabelecendo o que pode ou não ser reconhecido como corpo, sujeito ou saber.

Ambos — cisnormatividade e neoliberalismo — moldam políticas institucionais e currículos, inviabilizando a inserção de epistemologias dissidentes e marginalizando corpos e saberes que escapam às normas instituídas. Aqueles que dissidem frequentemente permanecem com suas narrativas e significantes silenciados dentro da lógica cisnormativa e neoliberal, o que dificulta não apenas sua presença no discurso acadêmico, mas também a materialização de suas práticas e modos de existir. ^(10, 11)

Berenice Bento¹¹ desvela os processos de medicalização e patologização das identidades trans, bem como as complexas lutas por direitos e reconhecimentos. Sua perspectiva, articulada a Foucault⁸ e Butler,⁵ revela as fronteiras de exclusão impostas pela cisnormatividade e contextualiza a experiência trans em meio às tensões sociais, jurídicas e culturais brasileiras. A contribuição de Guacira Lopes⁷ é decisiva ao analisar como as identidades de gênero e sexualidade são construídas, normatizadas e contestadas nos espaços educacionais.

O debate sobre gênero e educação no Brasil também ganha densidade a partir das contribuições de Maria Clara Dias, Débora Diniz¹² e Mirian Goldenberg¹³ que oferecem subsídios para compreender a cultura brasileira em torno do corpo e da sexualidade, ajudando

a iluminar as resistências sociais contra a pluralidade dos corpos e identidades. Finalmente, o conceito de interseccionalidade é igualmente central para este estudo, com Patricia Hill Collins¹⁴ e Sueli Carneiro¹⁵ evidenciam como gênero, raça e classe operam de modo entrecruzado na produção das exclusões no Brasil.

Diante desse cenário, este trabalho tem como questão central: como a literatura discute a inserção de corpos trans no ensino superior brasileiro, considerando movimentos de subjetivação e resistência nesse contexto?

Propõe-se, então, analisar os atravessamentos da cisheteronormatividade e do pensamento neoliberal na educação superior, com foco nas experiências de corpos dissidentes de gênero, retratadas na comunidade científica. Busca-se, assim, contribuir para o debate acadêmico e político sobre a inclusão de pessoas trans na educação superior, apontando caminhos para políticas públicas e institucionais que reconheçam e valorizem a pluralidade das existências dissidentes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão narrativa de literatura. Conforme propõem Santos e Candeloro,¹⁶ a revisão narrativa é indicada para estudos que buscam integrar diferentes produções acadêmicas a partir de uma análise crítica e interpretativa, sem a rigidez metodológica de revisões sistemáticas. Tem como objetivo construir um referencial teórico abrangente que possibilite a compreensão da problemática estudada.¹⁶

Foi realizada uma leitura seletiva de títulos, resumos, palavras-chave e, posteriormente, dos textos selecionados na íntegra. As principais bases de dados utilizadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos da CAPES e PubMed.

Os descritores utilizados para a busca foram: “ensino superior”, “exclusão acadêmica”, “transexualidade” e “lgbt+” combinados por operadores booleanos como “AND” e “OR”. A escolha dos termos será orientada pela recorrência nas produções científicas e pela proximidade com a temática da pesquisa. Foram adotados como critérios de inclusão os textos publicados entre os anos de 2020 e 2025, em português, de autoria

brasileira, que abordassem questões relacionadas à exclusão de pessoas trans, travestis e não binárias nos espaços educacionais e acadêmicos.

Não houve financiamento externo para a realização da pesquisa. Todos os custos foram assumidos pelos pesquisadores, com apoio institucional da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), através da orientação acadêmica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1- Busca de artigos sobre a transexualidade no ensino superior (Detalhamento da quantidade de artigos encontrado em cada plataforma)

Descritor	Operadores	Base de dados	Quantidade	Excluído pelo título	Excluído pelo resumo	Excluído após leitura	Total
Ensino Superior; Transexualidade	AND	CAPES	2	1	0	0	1
Ensino Superior; Transexualidade	AND	INTERCOM	0	0	0	0	0
Ensino Superior; Transexualidade	AND	SciELO	2	2	0	1	0
Ensino Superior; Transexualidade	AND	LILAC	3	2	0	0	1

Ensino Superior; Transexualidade	AND	Redalyc	30	28	1	0	1
Ensino Superior; Transexualidade	AND	PubMed	0	0	0	0	0

Apesar da relevância do tema, os dados ilustram a urgência da pesquisa: apenas 0,2% das matrículas em universidades federais correspondem a estudantes trans.¹⁵ A ANTRA² aponta que 70% das pessoas trans e travestis não concluem o ensino médio,² configurando um ciclo de exclusão que impacta diretamente sua trajetória educacional e a possibilidade de acesso ao ensino superior.

No Rio Grande do Norte, terceiro estado com maior número de pessoas trans no país,² a escassez de estudos acadêmicos sobre ensino superior e identidades trans compromete a compreensão das especificidades locais, agravando a invisibilidade e a marginalização desses corpos. A busca por termos específicos em bases de dados como CAPES, SciELO e INTERCOM revela baixa produção científica sobre essas temáticas na região. Essa lacuna, somada à lógica neoliberal que reconfigura a universidade em termos de mercado,¹⁰ torna urgente a necessidade de um levantamento que contribua para a produção de conhecimento e a formulação de políticas públicas e institucionais, especialmente em contextos como Mossoró, onde a falta de dados agrava a invisibilização desses sujeitos.

A partir da busca realizada com os descritores "Ensino Superior" e "Transsexualidade", utilizando o operador booleano AND, foram identificados artigos nas bases de dados CAPES, INTERCOM, SciELO, Redalyc, PubMed e LILAC. Inicialmente, localizou-se um total de 37 publicações. Após a leitura dos títulos, 33 foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão. Dentre os seis artigos restantes, um foi excluído com base na leitura do resumo e outro foi eliminado após leitura na íntegra por não estar alinhado à temática da pesquisa. Como resultado, apenas três artigos foram selecionados para compor a

amostra final e serão utilizados na análise comparativa sobre os atravessamentos da transsexualidade no ensino superior.

Tabela 02: Estudos selecionados para resultados e discussões da revisão. (Com ano de publicação, autores, título do artigo, resumo e plataforma)

ANO	AUTORES	TÍTULO	RESUMO	PLATAFORMA
2022	Palmeira	A assistência estudantil para discentes LGBTQIA+: uma análise das políticas institucionais no âmbito da Residência Universitária de uma Universidade Federal do Brasil	O estudo investigou se a UFAL, campus A.C. Simões, possui políticas de assistência estudantil que garantam equidade a estudantes LGBTQIA+ na Residência Universitária. Constatou-se que, apesar de avanços, ainda são necessárias ações mais efetivas e estruturadas.	Redalyc
2022	VIANA <i>et al.</i>	A vivência de estudantes transgênero na universidade	Relata vivências de estudantes trans em ambiente universitário marcado por transfobia. Aponta a importância de políticas inclusivas para garantir permanência.	LILAC
2024	Henriques e Torres	Regime normativo cisgênero e a permanência das pessoas trans nas universidades	Analisa experiências de uma universitária trans e suas interseções com outros relatos, evidenciando opressões ligadas à cisgeneridade e	CAPES

necessidade de
empoderamento.

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A sistematização e leitura dos artigos selecionados para esta pesquisa permitiram a construção de um panorama crítico sobre as políticas de assistência e permanência estudantil destinadas às pessoas LGBTQIA+, com ênfase nas experiências de estudantes trans e não binários no ensino superior público – já que carece de estudos na esfera particular – brasileiro. As análises evidenciam que, embora existam diretrizes legais e iniciativas institucionais que anunciem o compromisso com a equidade, a vivência cotidiana dentro das universidades ainda é marcada por exclusões sutis e violências estruturais, atravessadas por uma lógica cisheteronormativa que se sustenta tanto nas normativas como nas ausências.¹⁸

O primeiro estudo, desenvolvido por Palmeira¹⁸ teve como objetivo analisar a existência e a eficácia das políticas institucionais de assistência estudantil na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus A.C. Simões, com ênfase na Residência Universitária (RUA), a fim de compreender de que modo essas políticas asseguram equidade e respeito a estudantes LGBTQIA+, especialmente aquelas cujas identidades de gênero e orientações sexuais divergem da heterocisnormatividade.

A pesquisa de Palmeira¹⁸ adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e análise documental, buscando verificar se a legitimidade de temas como diversidade de gênero, orientação sexual e equidade se traduz em práticas efetivas nas políticas institucionais da UFAL.¹⁸ Conforme a autora, observa-se uma crescente presença de pessoas com identidades e orientações sexuais diversas na universidade, o que evidencia a necessidade de políticas mais incisivas e estruturadas que garantam a permanência desses estudantes.

Os resultados se concentram nas ações da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROEST), indicando que, embora haja iniciativas em andamento, ainda é preciso consolidar ações orgânicas e sistemáticas que assegurem a efetivação dos direitos dessa população discente. Entre os principais pontos discutidos, destaca-se a política de ocupação dos dormitórios da Residência Universitária, que, apesar de oferecer quartos masculinos, femininos

e mistos, ainda demanda amadurecimento institucional para lidar com a complexidade das identidades trans e evitar situações de constrangimento ou violência.¹⁸

O segundo estudo, conduzido por Viana et al.,¹⁹ também se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando o método da História Oral Temática com nove estudantes trans de uma universidade pública do estado de São Paulo, com o intuito de compreender as vivências de estudantes transgênero no ambiente universitário. Os resultados foram organizados em três categorias: “Ser trans”, “A vivência na universidade” e “Apoio ao(à) estudante trans na universidade”.

Os depoimentos revelam que a percepção de ser trans costuma emergir ainda na infância, mas o processo de transição frequentemente coincide com o ingresso na universidade. O ambiente acadêmico, segundo as autoras, é majoritariamente heteronormativo e transfóbico, gerando sentimentos como insegurança, isolamento e não pertencimento, o que compromete a permanência estudantil. São destacados elementos como o medo do julgamento, a preocupação com a passabilidade, as dificuldades de autoafirmação e os problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e ideação suicida. O uso de banheiros é apontado como um dos momentos mais geradores de estresse e medo.¹⁹

A pesquisa de Viana et al.¹⁹ conclui a permanência de estudantes trans depende da implementação de políticas de inclusão específicas, que envolvam toda a comunidade acadêmica em ações concretas de combate à transfobia, capacitação profissional e promoção do bem-estar.

O terceiro estudo, elaborado por Henriques e Torres,²⁰ teve como propósito apresentar as experiências de acesso e permanência de uma universitária trans da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), articulando-as aos desafios enfrentados por estudantes trans em outras universidades. O referencial teórico adotado é o conceito de cisgeneridade, utilizado como operador analítico para questionar as normas que sustentam a suposta estabilidade do sexo. Os autores fundamentam-se em produções transfeministas para argumentar que a cisgeneridade atua como um regime normativo que marginaliza e invisibiliza as pessoas trans.

O estudo evidencia que a permanência de estudantes trans é tensionada por questões pessoais e estruturais — como saúde, trabalho e redes de apoio — que as universidades, estruturadas sob um regime cisgênero, tendem a desconsiderar. Henriques e Torres²⁰ apontam que o contexto acadêmico ainda reproduz formas de transfobia institucional, perceptíveis tanto

no despreparo de profissionais quanto na naturalização da violência. Os autores destacam que a passabilidade é uma estratégia de segurança e sobrevivência para pessoas trans, e que medidas pontuais, como o uso do nome social, são insuficientes se não vierem acompanhadas da capacitação da comunidade acadêmica e da participação efetiva de pessoas trans na formulação das políticas institucionais, garantindo transformações efetivas e afetivas.

De modo geral, os textos analisados convergem em apontar que a permanência na universidade, para corpos dissidentes da norma de gênero, não se limita ao acesso material a políticas como bolsa, moradia e alimentação. A permanência, para essas pessoas, envolve também dimensões subjetivas e relacionais,¹⁸ frequentemente invisibilizadas pelas instituições: o pertencimento, a segurança, o reconhecimento e o direito de existir nos espaços sem precisar justificar-se ou performar uma passabilidade que garanta proteção.¹⁹

Percebemos que a cisgeneridade aparece como um regime normativo estruturante, que atua de forma naturalizada e coercitiva, regulando os modos de habitar o corpo, o espaço e as relações dentro do contexto universitário.⁸ Conceito debatido também por Bento,¹¹ evidencia que não se trata apenas de acolher a "diferença", mas de tensionar os alicerces de um sistema que ainda considera os corpos trans como desvios a serem corrigidos ou tolerados, nunca como parte legítima da comunidade acadêmica.¹⁹

A moradia estudantil, foco de um dos estudos analisados,¹⁷ é especialmente ilustrativa desse tensionamento. A divisão binária de dormitórios, a ausência de protocolos institucionais para garantir a dignidade de estudantes trans e a negligência diante de casos de violência simbólica ou material revelam que a política de assistência ainda opera sob um paradigma cisnormativo, mesmo quando busca se apresentar como inclusiva.¹⁷ Vale salientar que a moradia (assim como os outros espaços acadêmicos), para uma sociedade estruturalmente normativa e privilegiada, talvez não revele de imediato que o abrigo físico é mais do que um espaço material: é também um território simbólico, onde se define quem pode habitar em plenitude e quem precisa se ajustar para ser apenas tolerado.

Tais políticas permanecem bastante incipientes e carecem de um olhar mais atento, sensível, decolonial e crítico, capaz de contemplar dimensões situacionais muitas vezes invisibilizadas. Questões latentes e emergenciais podem ser negligenciadas em nome de preocupações mais imediatas, mas revelam impactos profundos na permanência estudantil, sobretudo no cenário sociopolítico atual.

Nesse sentido, o estudo de Mesquita & Rodrigues,²¹ sobre intervenções do serviço social junto a discentes transsexuais da UFRJ, identificou que cerca de 23% estavam com matrícula trancada.²⁰ Ainda que os autores não afirmem que situações de constrangimento ou preconceito tenham sido determinantes para esse afastamento temporário, a pesquisa evidencia a necessidade de políticas de assistência que considerem de forma específica esse público, de modo a reduzir índices de evasão.¹⁸ Assim, a forma como a universidade organiza e regula seus espaços comunicativos e materiais não apenas define quem pode se sentir acolhido, mas também quem é constantemente colocado à prova de pertencimento, tendo de negociar sua existência para caber nas instituições de ensino.¹⁹

Outro aspecto reiterado nos textos é o sofrimento psíquico como consequência direta das violências institucionais e da exclusão simbólica. A presença constante de ansiedade, depressão, ideação suicida e o medo do julgamento refletem o impacto da transfobia institucional na saúde mental de estudantes.¹⁸ Tais adoecimentos, longe de serem problemas individuais, devem ser compreendidos como efeitos do sistema farmacopornográfico³ e necropolítico,⁹ como antes apontado a partir de Preciado³ e Mbembe,⁹ que transforma corpos e desejos em mercadorias, regulando, controlando, medicalizando e moralizando a experiência de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo que nega escuta e pertencimento àqueles que não se conformam às suas normas.

As análises também indicam que as políticas existentes são, em sua maioria, fragmentadas, isoladas e atravessadas por uma lógica cisgênera incapaz de responder de forma efetiva às especificidades das vivências trans e não binárias¹⁷ – marco da ausência de pessoas trans na produção e construção das políticas.

A utilização do nome social no estudo de Viana et al.,¹⁹ por exemplo, ainda encontra resistência e desconhecimento por parte de servidores e docentes, o que revela o despreparo institucional para lidar com essas questões e a necessidade de formação continuada de toda a comunidade universitária.¹⁹

O Processo de Inserção dos Corpos Dissidentes no Discurso Acadêmico

Se quiserem, podem meter-me numa camisa de força, mas não existe coisa mais inútil que um órgão. Quando tiverem conseguido um corpo

sem órgãos, então o terão liberado dos seus automatismos e devolvido sua verdadeira liberdade. (Antonin Artaud, 1947/1983, p. 161)²²

Sabemos, portanto, que, desde antes da inserção de corpos dissidentes no espaço universitário e no discurso acadêmico, vem sendo trilhado um longo percurso histórico, marcado por conquistas legais significativas e, ao mesmo tempo, por resistências culturais profundamente enraizadas.¹

Trata-se de um processo que não se faz apenas pela via do direito, mas por meio da ação política e da ocupação cotidiana de espaços que, por muito tempo, lhes foram negados. A presença de pessoas trans, travestis e não binárias na universidade tensiona continuamente os limites do que se considera legítimo, visível e possível — desestabilizando as fronteiras entre corpo, saber e poder.⁸

Como afirmam Henriques et al.,²⁰ a universidade brasileira permanece um espaço marcado por desigualdades, onde a permanência de pessoas transsexuais exige estratégias contínuas de negociação e enfrentamento de barreiras estruturais. Ainda que avanços legais como o Decreto nº 8.727/2016, que garante o uso do nome social em instituições públicas, representem marcos simbólicos relevantes, sua implementação raramente se converte em acolhimento efetivo. Em muitos casos, a aplicação desses direitos é burocrática, limitada a documentos, sem promover a transformação das práticas institucionais ou a escuta sensível das experiências que desafiam o regime cisnormativo.²⁰

Essas conquistas recentes se inscrevem em uma trajetória histórica mais ampla de luta por reconhecimento e acesso à educação. Em 2004, o programa “Brasil sem Homofobia”,²³ criado pelo governo federal, foi uma das primeiras políticas públicas a incluir a pauta da diversidade sexual e de gênero no debate educacional. Anos depois, em 2011, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT reforçou a necessidade de combate à evasão escolar entre pessoas trans.²⁴ Em 2015, o Ministério da Educação publicou orientações para o uso do nome social em registros escolares,²⁵ e, em 2016, o decreto presidencial formalizou esse direito em âmbito federal. No entanto, esses avanços convivem com a permanência de violências simbólicas e estruturais — a despeito das leis, a exclusão continua a operar nos corpos.

Os dados ainda revelam um quadro alarmante: estima-se que cerca de 70% das pessoas trans e travestis não concluem o ensino médio, o que mostra que a exclusão não começa na universidade, mas antes dela.² Assim, quando um corpo trans adentra o espaço acadêmico, ele carrega consigo uma história de ausências forçadas e uma trajetória de resistência que não é apenas individual, mas coletiva e histórica. Sua presença é ato político e epistemológico: rompe com a narrativa de neutralidade da universidade e inscreve novas formas de pensar e existir dentro do saber.

Essa resistência se expressa, sobretudo, na capacidade de corpos trans produzirem desorganização dentro da estrutura universitária. A universidade, enquanto instituição moderna, foi concebida como um corpo organizado, no sentido dado por Deleuze e Guattari²⁶ — como máquina-órgão, onde cada parte tem uma função delimitada, hierarquizada e regulada para garantir o funcionamento do todo. Nessa metáfora, o estudante é o órgão que aprende, o docente o que ensina, o pesquisador o que produz, e o gestor o que administra. O problema é que esse organismo institucional opera segundo a lógica da cisheteronormatividade o que significa que só reconhece plenamente os corpos que se ajustam às formas previamente organizadas.

A presença do corpo trans nessa organização funcional, introduzindo o que Deleuze e Guattari²⁶ chamam de corpo sem órgãos (CoS), um corpo que resiste à captura pela forma, que se recusa a cumprir a função que o sistema lhe atribui, e que surge novas possibilidades de circulação e de sentido a partir. O corpo dissidente, ao ocupar a universidade, age como um CoS diante do maquinário organismo do ensino superior: ele se arroga para si mesmo, desloca fronteiras e introduz fluxos de desejo.

Nos últimos anos, diversos movimentos e coletivos trans universitários têm ampliado essa disputa simbólica e material, transformando a presença dissidente em ação política organizada. Redes como a Andifes Trans, o Coletivo TransUFBA, o Coletivo T: Trans em Rede, entre outros, têm reivindicado não apenas políticas de acesso e permanência, mas também participação ativa na formulação de políticas institucionais, tensionando as universidades a repensarem seus currículos, editais e estruturas administrativas.

Essas mobilizações produzem o que se poderia chamar, inspirando-se em Deleuze e Guattari, de micropolíticas de invenção²⁶ — movimentos que operam nas brechas do sistema, reorganizando o organismo do “corpo sem órgãos” da universidade a partir de dentro. São práticas que tensionam o caráter de produção do organismo, criando redemoinhos ou vazios.

Pelo CsO ser improdutivo na lógica do sistema, ele se torna produzido, apropriado e criador de si, e criador dentro das instituições: ao propor políticas de nomeação, cotas, saúde e acolhimento, constroem uma universidade que se refaz no encontro com a diferença, afirmando que a verdadeira permanência não é tolerar a diversidade, mas transformar-se com ela.

Corpos dissidentes e contrassexualidade na universidade: entre a teoria e a experiência

No Brasil, a experiência acadêmica trans é atravessada por políticas de exclusão que, não raro, se disfarçam de inclusão, e por uma estrutura universitária sustentada pelo que Berenice Bento¹¹ denomina “regime da verdade cisgênera” — um dispositivo de poder que organiza o reconhecimento dos corpos e define quem pode ser legitimado como sujeito. A universidade, mesmo quando se apresenta como espaço de crítica e pluralidade, permanece presa a uma lógica normativa que regula quem pode falar, como deve falar e a partir de que corpo essa fala será ouvida.

Percebemos que a presença de pessoas trans na universidade não é apenas uma questão de acesso ou estatística. É, sobretudo, um ato político e epistêmico, um modo de desestabilizar a arquitetura normativa da instituição. A cada corpo dissidente que ocupa uma sala de aula, uma pesquisa ou uma residência universitária, a própria ideia de universidade é convocada a se refazer.

Paul B. Preciado,²⁷ em seu *Manifesto contrassexual*, propõe compreender o corpo como território de resistência. A contrassexualidade é, para ele, uma prática de desobediência radical ao regime heterossexual e binário. Ao deslocar o sexo do campo da biologia para o campo da política, Preciado rompe com a naturalização da diferença sexual e revela que as identidades de gênero são efeitos de tecnologias de poder — médicas, jurídicas, pedagógicas e discursivas — que produzem corpos e subjetividades. Assim, pensar contrassexualmente é compreender o corpo como texto político, um espaço de invenção e reprogramação simbólica.

Ao atravessar o contexto brasileiro, contudo, essa proposta adquire novos sentidos. Aqui, o debate sobre gênero e sexualidade não pode ser separado das condições materiais de vida e das violências que estruturam o cotidiano. Jaqueline Gomes de Jesus,²⁸ ao discutir o transfeminismo, evidencia que a luta trans é também uma luta contra a necropolítica de gênero, isto é, contra o conjunto de práticas que tornam a morte — física e simbólica — uma política

de Estado. O transfeminismo, em sua leitura, propõe não apenas a inclusão de corpos trans nos espaços existentes, mas a transformação radical das estruturas que produzem exclusão.

Nessa mesma direção, Bento¹¹ afirma que as políticas de gênero só são eficazes quando desestabilizam o regime de verdade que sustenta a cisgeneridade como norma. O que está em jogo não é apenas o reconhecimento formal, mas a redistribuição do sensível — quem é visto, quem é ouvido e quem pode produzir discurso. Essa redistribuição, como se vê na vida universitária, ainda é desigual: a pessoa trans convidada para uma mesa sobre diversidade dificilmente é a mesma que é convidada para orientar uma pesquisa, lecionar uma disciplina ou ocupar um cargo de gestão.

As universidades brasileiras seguem operando sob a lógica da cisgeneridade compulsória.⁶ Os mecanismos de permanência estudantil (nome social, bolsas, auxílios) são avanços significativos, mas ainda se configuram como brechas dentro de uma estrutura que não se propõe a uma transformação radical. São dispositivos que reconhecem a diferença, mas não a deslocam. Como aponta Viviane Vergueiro,⁶ pensar uma “epistemologia transviada” é compreender que as políticas de inclusão não bastam: é necessário questionar os próprios modos de produção do saber que mantêm o privilégio cis como referência de normalidade.

A proposta de Vergueiro aproxima-se de uma ética do desvio: o “transviamento” não é erro ou falta, mas uma torção epistemológica que desorganiza o centro.⁶ O saber transviado é aquele que emerge das margens e propõe novas cartografias do conhecimento, descolonizando o pensamento e afirmando a experiência como lugar legítimo de produção teórica.⁶

Nessa linha, Amara Moira²⁹ introduz o conceito de “corpo-discurso”, mostrando que o corpo travesti é, ao mesmo tempo, texto e autoria. Sua escrita, ao narrar a experiência de uma travesti na universidade, performa uma crítica viva à pretensão de neutralidade científica. O corpo que fala e escreve se torna um acontecimento político — ele desafia a cisgeneridade institucional e mostra que a produção de conhecimento também é uma forma de encarnar resistência.

Como pesquisadores, compreender essas leituras aliadas aos estudos revisados neste trabalho, nos faz perceber que o corpo trans na universidade não apenas ocupa um lugar que antes lhe era negado, mas cria outro tipo de lugar. É um corpo que pensa e se pensa; que transforma a dor em linguagem e a exclusão em análise. Esse corpo não se limita a resistir: ele

reinventa. A própria ideia de “pesquisa” se desloca quando os sujeitos que eram objeto do discurso passam a ocupar a posição de enunciadores.

Contudo, a universidade ainda tem dificuldade de se deixar afetar por essa presença. A experiência da Residência Universitária da UFAL,¹⁸ por exemplo, mostra que, mesmo quando há reconhecimento formal da diversidade, persistem barreiras simbólicas e afetivas. A gestão dos espaços ainda se orienta pela norma binária, e a ausência de políticas de escuta e cuidado transforma a “inclusão” em uma forma sutil de controle. Incluir sem transformar é, em muitos casos, reafirmar o limite da diferença.

Por isso, mais do que reivindicar inclusão, é preciso reivindicar reconfiguração. Reconfigurar os espaços, os currículos, as relações de poder e, sobretudo, os modos de produzir verdade sobre o corpo e o saber.

Corpos Dissidentes como Forças Disruptivas

Ao alavancar todo esse sistema estruturante e a presença dos corpos dissidentes, percebe-se a falácia da neutralidade na universalidade e do saber acadêmico. Essa pretensa neutralidade, tão valorizada pela tradição moderna da produção científica, sempre se assentou sobre uma ficção: a existência de um sujeito universal capaz de observar o mundo a partir de um ponto de vista desinteressado, racional e, sobretudo, desencarnado.

No entanto, esse sujeito não é abstrato nem neutro, pois possui o elo de dissidências entre corpo, gênero, raça e classe. Desta forma, historicamente o homem branco, cisgênero e heterossexual, é posto como parâmetro do humano e medida de todas as coisas. O que se proclama como “universal” revela-se, assim, como a universalização de uma experiência particular, tornada norma e mascarada sob o manto da objetividade científica.

Como apontam Henriques et al.,²⁰ a “passabilidade” — ou seja, a capacidade de uma pessoa transgênero de ser lida socialmente como cisgênero — aparece, para muitos estudantes, como uma estratégia de autoproteção frente às violências institucionais e cotidianas. Mas a passabilidade também expõe o funcionamento perverso da norma: ela indica que o direito de existir e circular com segurança depende do quanto o corpo consegue se aproximar dos padrões cisgêneros. Trata-se, portanto, de um marcador político das fronteiras da cidadania acadêmica, que delimita quem pode ocupar o espaço sem ser interpelado, questionado ou violentado. Ser

“passável” é, em alguma medida, garantir a própria sobrevivência; mas é também ser forçado a performar a norma que oprime, num jogo de apagamento e vigilância constante.

Esses corpos que escapam, resistem e se afirmam — trans, travestis, não binários — operam como forças genuinamente disruptivas, pois tornam visível o que o regime cisnormativo tenta esconder: que a universidade é um território generificado, racializado e sexualizado. Eles desorganizam o que parecia estável, fazendo emergir as lacunas do sistema e questionando não apenas o binarismo homem/mulher, mas também as práticas institucionais que o sustentam. A lógica binária se expressa nas formas mais concretas e corriqueiras da vida universitária — nos banheiros, nos formulários de matrícula, nas chamadas públicas, nos dormitórios da moradia estudantil e até nas políticas de permanência.

Ainda que algumas universidades tenham criado iniciativas pontuais, como quartos mistos em residências estudantis — a exemplo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)¹⁸ —, há ausência de protocolos institucionais claros, que garantam a dignidade e a segurança de pessoas trans. Revela o despreparo estrutural diante da complexidade de suas vivências. A política institucional, quando existe, costuma ser reativa e não propositiva: responde a conflitos ou denúncias, mas raramente parte da escuta dessas pessoas como ponto de partida. Essa ausência de estrutura não é mero descuido; ela é o sintoma de uma cisgeneridade institucionalizada que, ao se pretender neutra, perpetua exclusões.

Desestabilizar a cisgeneridade enquanto norma é, portanto, uma urgência política e epistemológica. Como propõe Vergueiro,⁶ a cisgeneridade deve ser compreendida como um regime político e epistêmico que produz e sustenta exclusões históricas. Trata-se de um sistema de saber-poder que define o que é um corpo legítimo, o que pode ser nomeado como “normal” e o que deve ser patologizado, corrigido ou silenciado. Criticá-la não é apenas falar sobre identidades trans, mas interrogar os dispositivos que fabricam a própria ideia de normalidade. Esse deslocamento — do sujeito marginalizado para o regime que o marginaliza — é o que permite desmontar o centro e revelar a cisgeneridade como um efeito histórico, e não como um dado natural.

Tal gesto crítico não se limita à denúncia. Ele convoca à invenção. Questionar o regime cisnormativo é abrir a possibilidade de imaginar outros modos de existir, pensar e viver coletivamente. É recusar a lógica da adaptação — onde a diferença precisa se encaixar — e propor uma universidade que se refaça a partir da pluralidade de corpos, vozes e experiências

que a constituem. Nesse sentido, os corpos dissidentes não apenas tensionam a estrutura: eles anunciam a necessidade de uma reconfiguração ética, política e afetiva da instituição.

Os dados analisados mostram que políticas pontuais não garantem permanência com dignidade. É preciso ultrapassar a retórica da tolerância e assumir um compromisso ético com escuta, afetividade e pertencimento. Não há educação transformadora sem encontro, e a universidade só se torna pública quando se deixa afetar por quem a atravessa.

Mais que “incluir”, é necessário instaurar uma lógica de participação, em que pessoas trans, travestis e não binárias não sejam objetos de política, mas sujeitos políticos. A diferença é decisiva: inclusão admite a entrada; participação refaz o dentro. É nesse deslocamento que surge a possibilidade de uma universidade atravessada — e não apenas receptora — das diferenças.

O ingresso de corpos dissidentes não é só chegada, mas desestabilização e reinvenção: uma *pane no sistema* que revela o erro da norma e abre o campo do possível.

4 CONCLUSÃO

Este estudo revisou a literatura sobre a cisheteronormatividade e a exclusão de pessoas trans e dissidentes de gênero no ensino superior. A análise evidenciou uma lacuna significativa na produção científica brasileira — especialmente no Rio Grande do Norte —, o que reforça a urgência do tema. Os achados indicam que o ensino superior permanece profundamente marcado pela cisheteronormatividade, presente tanto nas normativas quanto nas ausências institucionais. Essa exclusão ultrapassa o âmbito material — como bolsas e moradia — e alcança dimensões subjetivas e relacionais, comprometendo o direito ao pertencimento, à segurança e à existência autêntica, sem a exigência de “passabilidade”.

Constatou-se que a cisgeneridade atua como um regime normativo estruturante, que regula espaços universitários e trata corpos trans como desvios. Tais violências institucionais e simbólicas produzem impactos severos na saúde mental de estudantes trans, expressos em altos índices de ansiedade e depressão. Medidas pontuais — como o uso do nome social — mostram-se insuficientes sem uma reconfiguração ética e estrutural da universidade.

Concluimos que a presença de pessoas trans e não binárias no ensino superior constitui um ato de desestabilização das normas sociais. Esses corpos operam como uma *pane no sistema*, revelando a artificialidade das normas de gênero e sexualidade e forçando a instituição

a se reimaginar. Construir uma universidade democrática exige deslocar o foco da identidade trans para os dispositivos que sustentam sua exclusão, enfrentando o cisheteronormativismo e o pensamento neoliberal que atravessam o espaço acadêmico. É preciso ir além da retórica da tolerância e instaurar uma lógica de escuta e participação efetiva, na qual pessoas trans sejam sujeitos políticos integrais.

Sugerimos a ampliação de estudos empíricos no contexto potiguar, a fim de preencher lacunas e subsidiar políticas públicas mais assertivas. Investigar experiências de docentes e pesquisadores trans e avaliar a eficácia de programas de formação é fundamental. O ingresso de corpos dissidentes não é apenas inclusão, mas desestruturação e reinvenção: uma pane no sistema que convoca a universidade a transformar não só quem entra, mas o próprio modo de existir da instituição.

REFERÊNCIAS

1. Veras EF, Andreu OG. A invenção do estigma travesti no Brasil (1970–1980). *Hist Hist* [Internet]. 2015 [citado 2025 mar 23];3(5):39–52. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10829>
2. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Dossiê: a população trans no Brasil [Internet]. 2022 [citado 2025 fev 7]. Disponível em: <https://www.antra.org.br>
3. Preciado PB. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Nova York: The Feminist Press; 2013.
4. Díaz-Benítez ME, Fígari CE, editores. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.
5. Butler J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Edições; Crocodilo Edições; 2019. 308 p.
6. Vergueiro V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes. In: Aguiar J, Esteves JP, editores. *Corpos inconformes: diálogos sobre a produção de saberes dissidentes*. Salvador: Devires; 2017.
7. Louro GL. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes; 1997.
8. Foucault M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes; 1987.
9. Mbembe A. *Necropolítica*. 3ª ed. São Paulo: n-1 Edições; 2018.
10. Brown W. *Desfazendo o demos: a revolução furtiva do neoliberalismo*. Nova York: Zone Books; 2015.
11. Bento B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
12. Dias MC, Diniz D. *Deficiência, direitos humanos e justiça*. Brasília: LetrasLivres; Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; 2010.
13. Goldenberg M. *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2011.
14. Collins PH. *Interseccionalidade*. Rio de Janeiro: Malê; 2017.

15. Carneiro S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais, Takano C, editores. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano; 2003.
16. Santos LM, Candelero LA. Revisão bibliográfica: uma ferramenta para a construção do conhecimento científico. *Rev Cient Educ Meio Ambient*. 2010;1(1):20–9.
17. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras [Internet]. Brasília: ANDIFES; 2018 [citado 2025 fev 7]. Disponível em: <https://www.andifes.org.br>
18. Palmeira LLL. A assistência estudantil para discentes LGBTQIA+: uma análise das políticas institucionais no âmbito da Residência Universitária de uma Universidade Federal do Brasil. *Rev Tempos Espaços Educ* [Internet]. 2022;15(34):e17628. doi:10.20952/revtee.v15i34.17628
19. Viana CP, Delgado IM, Rosa A, Neves VR, Siqueira LD. A vivência de estudantes transgênero na universidade. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2022;35:eAPE01966. doi:10.37689/acta-ape/2022AO019666
20. Henriques LA, Torres MA. Regime normativo cisgênero e a permanência das pessoas trans nas universidades. *Aceno* [Internet]. 2024;11(26):93–104. doi:10.48074/aceno.v11i26.17163
21. Mesquita CNC, Rodrigues SGC. Estudo exploratório sobre a temática da transexualidade no ambiente universitário: reflexões e a intervenção do serviço social. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do Serviço Social*; 2019; Brasília, DF. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/638>
22. Artaud A. Para acabar com o julgamento de Deus (1947). In: Willer C, tradutor, organizador. *Escritos de Antonin Artaud*. Porto Alegre: L&PM; 1983.
23. Brasil. Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
24. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 2009.
25. Brasil. Ministério da Educação. Orientações para o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Brasília: MEC; 2015.
26. Deleuze G, Guattari F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34; 1996.
27. Preciado PB. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 Edições; 2017.
28. Jesus JG. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia; 2012.
29. Moira A. E se eu fosse puta. São Paulo: Hoo Editora; 2016.